



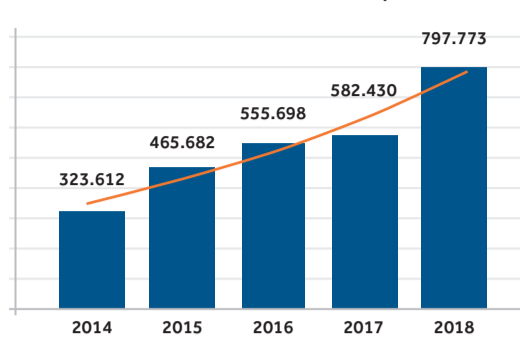
Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. ("Munich Re" ou "Resseguradora") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Contábeis Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria.

Contexto institucional A Munich Re, subsidiária do Grupo Munich Re, oferece ao mercado segurador soluções de transferência e gestão de riscos, de otimização da solvência e do capital em balanço, bem como para as novas demandas emergentes (riscos cibernéticos, por exemplo). Com foco exclusivo no Brasil, recursos e atenção são inteiramente voltados a atender as seguradoras operando no País.

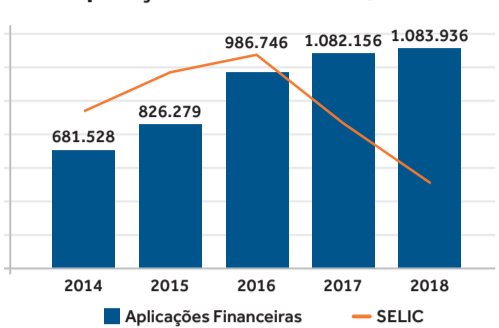
Desempenho operacional O desenvolvimento em 2018 foi notável em receitas (prêmios), associado a uma diversificação bastante saudável da carteira de negócios. Em prêmios brutos, houve um crescimento de 37% em relação ao ano anterior, chegando a R\$ 797 milhões. A maior sinistralidade, métrica que reflete em que medida os prêmios contabilizados no ano são consumidos por sinistros pagos e contingenciados, está dentro dos cenários usuais e modelados de desempenho. Em outras palavras, deriva da volatilidade intrínseca do negócio de resseguro. Já a sinistralidade normalizada, para a qual a métrica deve convergir ao longo dos anos, é de 60% da perspectiva atual.

Com uma carteira crescentemente robusta e diversificada, a dispersão de resultados em torno da expectativa indicativa deve reduzir-se ao longo do tempo. Com base em uma criteriosa política de constituição profissional das reservas técnicas, seguindo padrões internacionais do Grupo Munich Re, o lucro líquido da subsidiária em 2018 foi bastante satisfatório, totalizando R\$ 40,8 milhões (R\$ 74,6 milhões em 2017). As despesas administrativas foram de R\$ 39,2 milhões (R\$ 37,6 milhões em 2017), em linha com a inflação, consequência de uma contínua automatização e simplificação de processos e rotinas. As posições de patrimônio líquido permanecem sólidas, com métricas de solvência bastante confortáveis. Vale ressaltar, a retrocessão (resseguro da própria subsidiária) é lastreada inteiramente na força financeira do Grupo Munich Re, um dos mais fortes do planeta.

Prêmio Emitido Bruto - R\$ mil



Aplicações Financeiras - R\$ mil



Aplicações financeiras

Nos investimentos, a ênfase maior é em liquidez, no equilíbrio e otimização entre risco e retorno, no controle da maturidade das obrigações e na proteção cambial. O resultado financeiro de 2018 foi de R\$ 75,7 milhões (R\$ 90,7 milhões, em 2017). A redução reflete o comportamento da SELIC, à qual boa parte dos ativos está vinculada. As aplicações financeiras atingiram o saldo de R\$ 1.084 bilhão em 2018 (R\$ 1.082 bilhão em 2017).

Informações adicionais

A Resseguradora não mantém títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" ou "disponíveis para venda", e não possui benefícios pós-emprego.

Agredimentos

Aproveitamos a oportunidade para agradecer às seguradoras, corretoras e demais parceiros de negócios pela confiança, à SUSEP pelo apoio e orientações, e aos nossos colaboradores e acionistas por toda contribuição e empenho.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Table with columns: Ativo, Circulante, Disponível, Aplicações, Crédito das operações com resseguros e retrocessões, Outros créditos operacionais, Ativos de resseguros e retrocessões - Provisões técnicas, Títulos e créditos a receber, Despesas antecipadas, Custos de aquisição diferidos, Não circulante, Realizável a longo prazo, Ativos de resseguros e retrocessão - Provisões técnicas, Títulos e créditos a receber, Custos de aquisição diferidos, Imobilizado, Total do ativo.

Table with columns: Passivo e Patrimônio Líquido, Circulante, Contas a pagar, Débito das operações com resseguros e retrocessões, Depósitos de terceiros, Provisões técnicas, Provisões judiciais, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Capital social, Reservas de lucros.

Total do passivo e patrimônio líquido 2.314.658 2.062.638

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Table showing changes in equity components: Saldos em 1º de janeiro de 2017, Proposta para destinação do lucro líquido, Saldos em 31 de dezembro de 2017, Saldos em 1º de janeiro de 2018, Proposta para destinação do lucro líquido, Saldos em 31 de dezembro de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. ("Munich Re" ou "Resseguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede em São Paulo, situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 4440, 6º andar, cujo controlador em última instância é a Münchener Rückversicherungs-Gesellschaft Aktiengesellschaft in München (Alemanha), e que tem por objeto social as atividades de resseguro e retrocessão, tal como previsto na Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007 e alterações posteriores.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo "CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis". Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 18 de fevereiro de 2019. Circulante e não circulante: A Administração revisa os valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos prazos estimados de realização ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos sem prazo estimado para realização tiveram seus valores inscritos no ativo/passivo não circulante. Moeda funcional e de apresentação: A moeda do ambiente econômico principal no qual a Munich Re opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real - (R\$). Exceto quando mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para o número inteiro mais próximo. Estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utiliza seu julgamento na definição de cenários, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e a definição dos valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, sendo eventuais diferenças reconhecidas prospectivamente. Algumas notas explicativas incluem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Além disso, podem incluir informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas, com significativo risco de ajuste material em períodos subsequentes. Essas notas estão relacionadas abaixo: • Nota 6 - Aplicações financeiras; • Nota 7 - Crédito das operações com resseguros e retrocessões; • Nota 11 - Operações com resseguradoras; • Nota 13 - Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos e ativos de retrocessão; • Nota 19 - Grupos de ramos de atuação.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: A Administração define como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), considerados no balanço patrimonial na rubrica de "Disponível". 3.2 Ativos financeiros: São classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: a. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado se a Administração gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos alinhadas ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de resseguro. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do período. Nossas aplicações financeiras estão classificadas nesta categoria, conforme nota 6. b. Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Resseguradora compreendem os saldos registrados nas rubricas "Créditos das operações com resseguros e retrocessões" e "Outros créditos" que incluem substancialmente os prêmios a receber de cedentes e sinistros pagos a recuperar de retrocessões. Os prêmios de resseguro dos contratos automáticos são mensurados por estimativa, considerando o prêmio estimado para a vigência do contrato (Estimated Premium Income - EPI), já os contratos facultativos são mensurados conforme valor acordado entre as partes no momento da aceitação do risco. 3.2.1 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Administração avalia periodicamente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de perda são incorridos sempre que houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o investimento inicial (decisão de compra e venda baseada em "evento de perda") e aquele evento de perda que tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Quando a avaliação de risco de inadimplência é considerada alta, uma provisão para redução ao valor recuperável é constituída. A metodologia empregada para avaliação considera a natureza do recebível, seu prazo de vencimento, a qualidade do rating e o histórico geral de pagamentos da contraparte. Contratos com vigência expirada são analisados individualmente e, se após a aplicação da metodologia de avaliação seja identificada alguma evidência de risco de crédito, um ajuste ao valor recuperável é reconhecido reduzindo a correspondente rubrica de recebível cuja contrapartida se dá no resultado operacional. 3.2.2 Valor justo dos ativos financeiros (aplicações financeiras): As quotas de fundos não exclusivos são valorizadas pelo valor da quota na data de encerramento do balanço, conforme informado pelos administradores dos fundos. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo. O valor justo nos títulos públicos, integrantes da carteira do fundo de investimento exclusivo, é apurado com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). 3.3 Passivos financeiros: Os passivos financeiros são compostos substancialmente por contas a pagar a contrapartes, constituídos através de obrigações contratuais, exceto a provisão para valores de participação nos lucros a pagar aos funcionários. 3.4 Contratos de resseguro e retrocessão: A Munich Re emite contratos de resseguro e retrocessão que visam fornecer capacidade de cobertura de riscos para as Sociedades Seguradoras e Resseguradoras (denominadas "cedentes"). O contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele também é definido como uma operação em que o emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensação no caso da ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente, nos termos do CPC 11. Os resseguros são tipicamente divididos entre as seguintes modalidades: a. Contratos facultativos: destina-se a uma operação isolada, negociada entre segurador direto e ressegurador. Nesta modalidade, o contrato de resseguro é firmado para um risco isolado. b. Contratos automáticos ou contratos de carteira: Nesta modalidade a cedente e a Resseguradora definem previamente a estrutura do contrato abrangendo, dentre outros itens, a responsabilidade da Resseguradora sobre os riscos e as condições em que esses riscos podem ser automaticamente incluídos no contrato de resseguro. Normalmente, os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus valores de produção indicada pela cedente (EPI), os prêmios e comissões são registrados por estimativa e ajustados no momento em que as prestações de contas com os cedentes e sinistros são efetuadas. As estimativas são ajustadas no momento em que as prestações de contas com a Resseguradora são ajustadas ao longo do período de vigência em que a medida em que prêmios efetivos são informados. Os prêmios de resseguro, os prêmios cedidos em retrocessão e as correspondentes despesas e receitas de comercialização são apropriados aos resultados ao longo do período de vigência do risco. A Munich Re contrata coberturas de retrocessão com vistas a atender no mínimo os seguintes requisitos: (i) assegurar o cumprimento do limite de retenção por risco subscrito; e (ii) mitigar o risco de perdas significativas originadas de eventos catastróficos. Os ativos e passivos decorrentes da subscrição de contratos de resseguro são apresentados de forma bruta de retrocessão, segregando os direitos e obrigações relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar (ou a recuperar) calculado sobre o lucro (prejuízo) tributável do período, considerando as taxas correntes na data do levantamento das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido sobre os prejuízos fiscais e bases negativas, bem como sobre as diferenças temporárias entre critérios contábeis e fiscais de apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, e são calculados às alíquotas praticadas na data-base das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos gerados pelo diferimento de imposto de renda e contribuição social são revisados periodicamente, por ocasião do encerramento do balanço, ou ocorrência de outro fator relevante detectado no período, e são ajustados à medida em que haja qualquer dúvida na probabilidade de realização dos impostos diferidos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compostos para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. 3.8 Reconhecimento de receitas e despesas: As demonstrações financeiras são preparadas conforme o regime contábil de competência. Seguindo esse regime, os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem e são contabilizados e reportados nas demonstrações financeiras dos períodos a que se referem. 3.9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações relacionadas ao CPC serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2019. Não há garantias de que a SUSEP referendará essas normas. A Resseguradora não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de maneira antecipada.

mercado local. Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER): Constituída para cobrir eventual diferença entre os montantes de sinistros informados pelas companhias cedentes e a avaliação interna da Resseguradora, considerando análise detalhada das situações mediante laudos, comprovações e estudos técnicos. Os valores são alocados como parcela da Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL. Provisão de Excedentes Técnicos (PET): É constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico dos contratos de resseguro. A PET é calculada de acordo com os critérios estabelecidos em cláusula específica de cada contrato de resseguro que tem previsão para participação das cedentes nos lucros do contrato. Teste de adequação dos passivos (TAP): Nos termos da Circular SUSEP nº 517/2015, suas respectivas alterações posteriores e CPC 11, a Administração elabora em cada data-base de balanço o teste de adequação dos passivos, com o objetivo de avaliar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, líquido dos custos de aquisição diferidos relacionados e brutos de retrocessão, para fazer frente aos desembolsos futuros decorrentes dos compromissos com o risco assumidos até a data-base. Tomando como base os requisitos mínimos determinados pela SUSEP e CPC, para este teste a Administração utilizou metodologia que considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos de resseguro foram agrupados conforme as linhas de negócio utilizadas pela Munich Re. Além do agrupamento por grupo de ramos, os fluxos foram projetados separadamente de acordo com a moeda do contrato, permitindo a utilização da premissa de taxa de juros com distinção entre real e dólar norte-americano. Para os contratos em Reais, para fluxos de caixa em valores nominais, foi utilizada como taxa de desconto a estrutura a termo de taxa de juros livre de risco pré-fixada (ETJ da SUSEP). Os contratos em Dólar norte-americano foram projetados em sua moeda original e o resultado do lucro convertido para real de acordo com o câmbio da data-base. Os sinistros foram projetados com a inflação intrínseca. Desta forma, considerando que o indexador seja Dólar norte-americano, utilizamos o cupom da curva de juros cambial também referenciada na planilha ETJ da SUSEP. Como premissa de inflação, para projeção dos fluxos de contratos em moeda Real, foi considerado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para os contratos em moeda Dólar norte-americano os fluxos foram projetados sem inflação. As premissas de despesas administrativas e operacionais e despesas relacionadas a liquidação de sinistros têm como base os dados históricos da Resseguradora. Já as premissas de sinistralidade e de velocidade de pagamentos de sinistros foram estabelecidas com base na experiência do Grupo Munich Re, ajustadas pela sensibilidade ao mercado brasileiro. O teste de adequação do passivo realizado não revelou inadimplência das provisões técnicas em relação aos fluxos de caixa projetados. 3.6 Custo de aquisição diferido: Os custos de comercialização são compostos por comissões de corretagem devidas aos corretores por intermediação de contratos de resseguro. Esses montantes são diferidos por ocasião da contratação da cobertura de resseguro e apropriados ao resultado ao longo da vigência dos riscos assumidos. 3.7 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual que excede a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi constituída considerando a alíquota vigente (20% até 31.12.2018; após essa data, a alíquota será de 15%). As despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro compreendem os impostos correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar (ou a recuperar) calculado sobre o lucro (prejuízo) tributável do período, considerando as taxas correntes na data do levantamento das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido sobre os prejuízos fiscais e bases negativas, bem como sobre as diferenças temporárias entre critérios contábeis e fiscais de apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, e são calculados às alíquotas praticadas na data-base das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos gerados pelo diferimento de imposto de renda e contribuição social são revisados periodicamente, por ocasião do encerramento do balanço, ou ocorrência de outro fator relevante detectado no período, e são ajustados à medida em que haja qualquer dúvida na probabilidade de realização dos impostos diferidos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compostos para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. 3.8 Reconhecimento de receitas e despesas: As demonstrações financeiras são preparadas conforme o regime contábil de competência. Seguindo esse regime, os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem e são contabilizados e reportados nas demonstrações financeiras dos períodos a que se referem. 3.9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações relacionadas ao CPC serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2019. Não há garantias de que a SUSEP referendará essas normas. A Resseguradora não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de maneira antecipada.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1 Objetivos e estrutura organizacional: A Gestão de Riscos é parte fundamental da estrutura de Governança Corporativa da Munich Re do Brasil. A área de Gestão de Riscos é segregada, independente e atua em cooperação com a divisão de Gestão Integrada de Riscos do Grupo Munich Re. No Brasil, atua com as áreas de Compliance e Atual na segunda linha de defesa. Para assegurar um gerenciamento de riscos eficazes, são estabelecidas diretrizes e instruções corporativas para todos os funcionários, já que a Resseguradora entende que o gerenciamento de riscos é de responsabilidade de todos. 4.2 Definição da estratégia de gerenciamento de riscos: A estratégia de gerenciamento de riscos da Munich Re do Brasil tem, entre outros, os principais objetivos: (i) garantir o elevado nível de confiança dos clientes; (ii) permitir a proteção e a geração de valor sustentável para o acionista; e (iii) proteger a reputação da Resseguradora, garantindo uma posição sólida de solvência tanto localmente como no âmbito do grupo. O sistema de gerenciamento de riscos inclui estratégias, sistemas, processos e métodos para identificar, analisar, avaliar, controlar, monitorar e reportar riscos relevantes que a Resseguradora pode estar sujeita. 4.3 Riscos

Table with columns: AAA, AA+, AA, AA-, A+, A+, A-, A-, BBB-, BB+, BB-, BB+, B Sem rating, Total. Rows include LTN, LFT, NTN-B, NTN-F, Quota de fundos de investimento abertos, Quotas de fundos de investimentos não exclusivos, Créditos das operações com resseguros e retrocessões, Ativo de resseguro - Provisões técnicas, Ressegurador local, Ressegurador admitido, Ressegurador eventual, Total dos ativos financeiros.

3. Risco de liquidez: Nosso objetivo na gestão do risco de liquidez é assegurar que estamos em condições de cumprir nossas obrigações de pagamento em qualquer momento. Através de requisitos rigorosos em relação à disponibilidade de liquidez, que, em particular, também incluem as regras regulamentárias, garantimos que podemos cumprir nossas obrigações de pagamento. Para gerir este risco, busca-se alocar a maioria das reservas em fundos de elevada liquidez (títulos públicos federais) para fazer face às necessidades de caixa no curto prazo. Além disso, a Munich Re possui contratos de investimentos com as Instituições Financeiras que garantem a liquidez diária dos investimentos, em caso de necessidade de resgate.

Table with columns: AAA, AA+, AA, AA-, A+, A+, A-, A-, BBB-, BB+, BB-, BB+, B Sem rating, Total. Rows include Quotas de fundos de investimento exclusivos, Quotas de fundos de investimento abertos, Crédito das operações com resseguro e retrocessão, Outros créditos operacionais, Ativos de retrocessão - Provisões técnicas, Títulos e créditos a receber, Caixa e equivalente de caixa, Total dos ativos financeiros, Provisões técnicas, Contas a pagar, Depósito de terceiros, Débito das operações com resseguros e retrocessões, Total dos passivos financeiros.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

Table with columns: Nota, 31.12.2018, 31.12.2017. Rows include Prêmios emitidos líquidos, Variações das provisões técnicas, Prêmios ganhos, Sinistros ocorridos, Custos de aquisição, Outras receitas e despesas operacionais, Resultado com retrocessão, Despesas administrativas, Despesas com tributos, Resultado financeiro, Receitas financeiras, Despesas financeiras, (-) Resultado operacional, Ganho ou perda com ativos não correntes, (-) Resultado antes dos impostos e participações, Imposto de renda, Contribuição social, Participações sobre o resultado, Lucro líquido, Quantidade de ações, Lucro líquido por lote de mil ações.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Table with columns: 31.12.2018, 31.12.2017. Rows include Resultado líquido, Resultado abrangente total.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Table with columns: 31.12.2018, 31.12.2017. Rows include Atividades operacionais, Resultado líquido, Ajustes para: Depreciações e amortizações, Custo de aquisição diferidos, Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas, Variações das provisões técnicas, Ganhos ou perdas na alienação de imobilizado, Variação nas contas patrimoniais: Ativos Financeiros, Créditos das operações com resseguros e retrocessões, Ativos de resseguro, Créditos fiscais e previdenciários, Despesas antecipadas, Depósitos judiciais, Outros ativos, Contas a pagar, Impostos e contribuições, Débitos de operações com resseguros e retrocessões, Débito de terceiros, Provisões técnicas - resseguros e retrocessões, Provisões judiciais, Caixa gerado pelas operações, Impostos sobre o lucro pagos, Caixa (consumido)/gerado pelas operações, Atividades de investimento, Alienação de imobilizado, Pagamento pela compra: Impostos e contribuições, Caixa líquido consumido nas atividades de investimento, Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa, Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício, Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Significativos: De acordo com a avaliação da Munich Re, riscos significativos são riscos que podem causar efeitos a longo prazo nos ativos, passivos, posições financeiras ou resultados da Resseguradora. A Munich Re aplica essa definição de modo consistente e a área de Gestão de Riscos, com suporte da 1ª e 2ª linhas de defesa, avalia os riscos significativos. A seguir são apresentadas as categorias a partir das quais podem surgir riscos significativos: a. Risco de subscrição: Risco de subscrição é definido como o risco de perda devido a premissas inadequadas nas especificações e provisões, gerando custos com pagamentos de sinistros maiores do que as expectativas da Resseguradora. Tendo em vista a diversificação dos negócios da Munich Re do Brasil, o risco de subscrição é dividido em três categorias: (i) risco de subscrição em resseguro de vida; (ii) risco de subscrição em resseguros de crédito e riscos financeiros; e (iii) risco de subscrição em resseguros de não vida. São componentes significativos do risco de subscrição os riscos de prêmio de resseguro. Estes componentes integram o capital de risco de subscrição, calculado a partir de fatores padrões de riscos definido pela SUSEP. O risco do prêmio é o risco de pagamentos de sinistros que ainda não ocorreram serem maiores que os valores esperados. Já o risco de reserva, consiste no risco de as provisões técnicas serem insuficientes para fazer frente aos passivos a serem pagos pela Resseguradora. A evolução dos sinistros ocorre constantemente pela Resseguradora, bem como a adequação das premissas atuariais utilizadas para o cálculo das provisões técnicas, visando cumprir com os compromissos assumidos a qualquer tempo. A Resseguradora calcula as provisões técnicas em atendimento a determinações da SUSEP, conforme apresentado na nota 13. Visando um portfólio de riscos de resseguro equilibrado, existem manuais de precificação e subscrição para cada tipo de linha de negócio. A adequação das orientações e procedimentos é verificada continuamente através de processos de controles independentes e alterações são feitas sempre que necessárias. A natureza das operações de resseguros faz com que a Resseguradora não receba detalhes dos riscos individualizados, já que a maioria dos sinistros fazem parte de contratos automáticos. A Munich Re do Brasil identifica, avalia e monitora o acúmulo e concentração de exposições em grandes riscos, facultativos, limitando inclusive exposições em certas linhas de negócios. Devido à natureza das operações aceitas pela Resseguradora, não há exposições materiais a riscos catastróficos. A diversificação da carteira é avaliada constantemente, e estratégias são implementadas para reduzir dependências em uma única linha de negócio. Para mitigar a exposição com relação a valores elevados, a Munich Re possui coberturas de retrocessão por risco, além de proteção stop loss, que limita a sua exposição global quando a sinistralidade é maior do que uma porcentagem predefinida. A tabela abaixo demonstra a diversificação do portfólio da Munich Re do Brasil em resseguro e retrocessão cedida.

Table with columns: Resseguro, Retrocessão, Grupo de ramos, Dezembro 2018, Dezembro 2017, Dezembro 2018, Dezembro 2017. Rows include Patrimonial, Responsabilidades, Automóvel, Transportes, Riscos financeiros, Pessoas coletivas, Rural, Marítimo, Aeronáutico, Prêmios emitidos brutos, Sinistralidade, Sinistros ocorridos, Patrimônio líquido, Resultado, Impacto líquido de impostos, Impacto (%) Patrimônio líquido, Impacto (%) Resultado, b. Risco de crédito: A Munich Re entende que a principal origem do seu risco de crédito está vinculada a operações de resseguro e retrocessão. O risco de crédito de cada operação é verificado com o departamento de Credit Pool do Grupo Munich Re, que possui critérios rígidos de avaliação, considerando classificações mínimas de ratings. Nesse processo a exposição em operação com os parceiros de negócio é analisada de maneira consolidada para todas as operações do grupo, dando ao grupo Munich Re uma visão clara de sua exposição para cada uma das empresas com que mantém relações comerciais ao redor do mundo, possibilitando um gerenciamento eficaz do risco de crédito a nível global. A Resseguradora avaliou os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018. O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros é limitado já que os bancos gerenciam os ativos da Resseguradora, que apresentam alto rating de crédito, publicado pelas principais agências de classificação de riscos (Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's):

Table with columns: AAA, AA+, AA, AA-, A+, A+, A-, A-, BBB-, BB+, BB-, BB+, B Sem rating, Total. Rows include AAA, AA+, AA, AA-, A+, A+, A-, A-, BBB-, BB+, BB-, BB+, B Sem rating, Total.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Table with columns: 0 - 3 meses ou sem vencimentos, 3 - 6 meses, 6 - 9 meses, 9 - 12 meses, 1 - 3 Acima de 3 meses, Total. Rows include Vencidos, Total.



MUNICH RE DO BRASIL RESEGURO S.A.

CNPJ nº 01.857.539/0001-24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

d. Risco de mercado: A Munich Re define o risco de mercado como o risco de perdas devido à volatilidade dos valores de mercado de ativos, e dos índices aos quais os passivos ou instrumentos financeiros estão sujeitos. As principais variáveis consideradas no risco de mercado incluem variações cambiais, taxas de juros e preços de mercado. A política de investimentos da Munich Re não permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos, o que pode ser observado na Nota 6, onde constam somente aplicações em fundos de investimento de quotas, compostos por títulos públicos federais. O risco de taxa de juros consiste no risco de flutuações no valor ou nos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os instrumentos de renda fixa expõem a Resseguradora a risco de juros a valor justo. Através de testes de sensibilidade, são simuladas as flutuações oriundas do risco de mercado e são definidas as estratégias para seu controle e minimização. Para o risco de moeda, a Munich Re mantém avaliação sobre o risco de descaçamento de saldos ativos e passivos em Dólar norte-americano. O controle desse risco é exercido mediante monitoramento das posições ativas e passivas com o propósito de identificar o grau de exposição e descaçamento, bem como a manutenção de contas correntes em Dólar norte-americano com a finalidade de "hedge" (ver nota 5). Em 31 de dezembro de 2018, a exposição líquida ativa em moeda estrangeira dólar está na ordem de US\$ 14.948. Não há saldos em outras moedas estrangeiras em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017. Um teste de stress foi realizado para a carteira de investimentos na data-base 31 de dezembro de 2018. O teste incluiu variação na taxa de juros dos títulos da carteira de investimentos da Resseguradora, considerando o aumento ou redução de 2 p.p. na taxa de juros.

Títulos	31/12/2018	Aumento de 2 p.p.	Redução de 2 p.p.
Pré-fixado	490.234	470.189	510.279
Pós-fixado ¹	472.188	512.324	493.436
Fundo cambial	112.787	112.787	112.787
Fundo cash	8.727	8.727	8.727
Total	1.083.936	1.104.027	1.125.229

¹ Os saldos são projetados para a data de 31.12.2019, baseados na taxa de juros (Selic) acumulada de 6,5% a.a.. A partir das posições de balanço em 31.12.2018, realizou-se uma análise de sensibilidade dos riscos relacionados a taxa de juros e variação cambial, considerando os potenciais impactos sobre o patrimônio líquido e o resultado do período, líquido de impostos.

	Aumento/redução	Impacto	Impacto patrimônio líquido	Impacto resultado	Impacto patrimônio líquido	Impacto resultado
Taxa de juros + inflação	2%	(10.602)	481.078	(6.361)	(1%)	(16%)
	(2%)	10.602	493.800	6.361	1%	16%
	5%	2.896	489.177	1.738	0,4%	4%
Variação cambial	(5%)	(2.896)	484.543	(1.738)	(0,4%)	(4%)

As análises representam a melhor estimativa da Munich Re do Brasil quanto aos principais fatores de riscos que impactam os negócios; no entanto, não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto e, consequentemente, gerar resultados reais em períodos futuros significativamente diferentes dos resultados apresentados. **e. Risco operacional:** A Munich Re define o risco operacional como perdas potenciais que podem resultar de processos inadequados, falhas técnicas, erro humano ou eventos externos. Isso inclui ações criminosas cometidas por funcionários ou terceiros, violações de leis antifraude, processamento incorreto de informações, interrupção de negócios, descumprimento de obrigações de comunicações e desentendimentos com parceiros de negócios. Através de um sistema de controles internos (ICS) e realização, ao menos uma vez a cada ano, da validação de riscos e estabelecimento dos controles (Risk and Control Assessment), a Munich Re gerencia os riscos operacionais e estabelece os respectivos controles, o que permite identificar e mitigar esse risco, por meio da ligação sistemática entre riscos e processos. A Resseguradora já implementou o sistema de Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) a partir de agosto de 2017, conforme regulamentado na Circular SUSEP nº 517/2015. A Munich Re está preparada para a continuidade de seus negócios e tem tecnologia para lidar em situações de emergência, desastres ou catástrofes, conforme o seu plano de continuidade de negócios. **f. Risco de reputação:** A Munich Re define o risco reputacional como a perda resultante de danos causados à imagem pública da Munich Re do Brasil, ou a sua reputação perante os clientes, acionistas, empregados ou terceiros e autoridades supervisoras. O risco reputacional é monitorado pela área de Gestão de Riscos, em conjunto com as áreas de Compliance e Comunicação que, em conjunto com a administração da Munich Re, avaliam cada situação de risco real ou potencial e orientam como proceder em cada situação. Além do gerenciamento local do risco reputacional, a Munich Re do Brasil trabalha em conjunto com o Comitê de Risco Reputacional do Grupo Munich Re, que por sua vez determina os procedimentos para lidar com esse risco mundialmente. Todas as regras e procedimentos são baseadas no Código de Conduta, o qual estabelece as principais regras e princípios para o comportamento responsável e adequado de todos os empregados e está disponível no site do Grupo Munich Re.

5. CAIXA E BANCOS

O saldo de Caixa e Bancos está composto substancialmente por conta corrente em Dólar norte-americano, cujo propósito é o "hedge" cambial das operações em moeda estrangeira. Em 31.12.2018, o saldo da conta corrente em moeda estrangeira (CCME) corresponde a US\$ 6,9 milhões (US\$ 3,8 milhões em 31.12.2017).

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa	22	8
Conta corrente	8.566	501
Conta corrente em moeda estrangeira (CCME)	26.628	12.740
Total	35.216	13.249

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a. Classificação das aplicações:

	31.12.2018				31.12.2017			
	Valor justo/contábil	Valor Taxa contratada (a.a.)	Rentabilidade (%)	Rentabilidade (% a.a.)	Valor justo/contábil	Valor Taxa contratada (a.a.)	Rentabilidade (%)	Rentabilidade (% a.a.)
Valor justo por meio do resultado								
Quotas de fundos de investimento								
Investimento exclusivo	971.149	989.835	100%	8,57%	988.074	988.074	100%	12,72%
LTN	269.505	274.223	9%	28%	315.376	315.376	10%	32%
LFT	472.188	472.301	Selic	48%	389.025	389.025	Selic	38%
NTN-B	6.228	6.393	5%	1%	7.674	7.674	6%	1%
NTN-F	214.501	228.191	9%	22%	223.040	223.040	10%	23%
Quotas de fundos	8.832	8.832	1%		62.202	62.202		
Contas a pagar	(105)	(105)			(9.243)	(9.243)		
Quotas de fundos de investimento não exclusivo	112.787	112.787	100%	19,88%	94.082	94.082	100%	3,29%
LFT	93.796	93.796	Selic	83%	15.010	15.010	Selic	16%
NTN-B	38	38	6%	0%	30.511	30.511	6%	32%
LTN	18.953	18.953	6%	17%	48.561	48.561	10%	52%
Total	1.083.936	1.102.622			1.082.156	1.082.156		

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou apresenta indícios de deterioração de seu valor contábil.

b. Abertura das aplicações prazo de vencimento:

	31.12.2018				31.12.2017			
	Valor das aplicações	de 1 a 180 dias	Vencimentos de 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor das aplicações	de 1 a 180 dias	Vencimentos de 181 a 365 dias	Acima de 365 dias
Valor justo por meio do resultado								
Fundo de investimento exclusivo								
LTN	269.505	57.837	48.494	163.174	315.376	57.837	48.494	163.174
LFT	472.188	51.378	-	420.810	389.025	51.378	-	420.810
NTN-B	6.228	-	-	6.228	7.674	-	-	7.674
NTN-F	214.501	-	-	214.501	223.040	-	-	223.040
Quotas de fundos	8.832	8.832	-	-	62.202	62.202	-	-
Contas a pagar	(105)	-	-	-	(9.243)	-	-	-
Fundo de investimento não exclusivo	971.149	117.942	48.494	804.713	988.074	117.942	48.494	804.713
LFT	93.796	93.510	-	286	93.796	93.510	-	286
NTN-B	38	38	-	-	38	38	-	-
LTN	18.953	-	-	18.953	18.953	-	-	18.953
Total	1.083.936	93.548	18.953	286	1.082.156	93.548	18.953	286
Total das aplicações	1.083.936	211.490	67.447	804.999	1.082.156	211.490	67.447	804.999

	31.12.2017			
	Valor das aplicações	de 1 a 180 dias	Vencimentos de 181 a 365 dias	Acima de 365 dias
Valor justo por meio do resultado				
Fundo de investimento exclusivo				
LTN	315.376	15.996	118.157	181.223
LFT	389.025	2.163	19.245	367.617
NTN-B	7.674	-	-	7.674
NTN-F	223.040	-	-	223.040
Quotas de fundos	62.202	62.202	-	-
Contas a pagar	(9.243)	-	-	-
Fundo de investimento não exclusivo	988.074	71.118	137.402	779.554
LFT	15.010	15.010	-	-
NTN-B	30.511	-	-	30.511
LTN	48.561	-	-	48.561
Total das aplicações	84.082	15.010	79.072	79.072
Total	1.082.156	86.128	137.402	858.626

Para fins de apresentação das informações das aplicações em quotas de fundos de investimento, os títulos foram distribuídos de acordo com o vencimento dos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação dos investimentos dentro dos Fundos.

c. Movimentação das aplicações financeiras:

	31.12.2018	31.12.2017
No início do exercício		
Aplicações	179.692	207.724
Resgates	(276.696)	(228.348)
Rendimentos	98.784	116.034
No final do exercício	1.083.936	1.082.156

d. Ativos oferecidos em garantia das provisões técnicas

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Provisões técnicas	1.530.951	1.388.093
Deduções:		
Resseguros	(628.695)	(542.090)
Direitos creditórios	(144.619)	(108.289)
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (A)	757.637	737.714
Ativos vinculados	822.074	943.839
Total de ativos oferecidos em garantia (B)	822.074	943.839
Suficiência (B-A)	64.437	206.125
Necessidade de ativos líquidos - 20% do capital de risco (nota 21)	21.088	20.168
Suficiência	43.349	185.957

e. Nível hierárquico do valor justo dos ativos financeiros: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Administração utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis de uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. As aplicações financeiras em títulos públicos (LTN e LFT, NTN-B e NTN-F), realizadas por meio dos fundos de investimento, exclusivo e não exclusivo, foram classificadas no Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos.

7. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM RESEGUROS E RETROCESSÕES

	31.12.2018	31.12.2017
a. Operações com seguradoras:		
Contratos facultativos	59.833	57.986
Contratos automáticos	250.968	197.962
Total	310.801	255.948
b. Operações com resseguradoras:		
Sinistros a recuperar	33.287	33.287
Prêmios a receber - Contratos automáticos	11.230	7.563
Prêmios a receber - Contratos facultativos	11.839	8.605
Total	109.536	49.455

c. Movimentação do saldo de prêmios de resseguro e retrocessão a receber:

	31.12.2018	31.12.2017
Saldo no início do exercício		
Emissões	66.627	205.489
Recebimentos	(60.855)	(500.011)
Oscilação cambial	2.749	4.176
Saldo no final do exercício	71.708	262.162
Saldo no início do exercício		
Emissões	91.870	190.386
Recebimentos	(77.330)	(386.384)
Oscilação cambial	(43)	2.271
Saldo no final do exercício	66.627	205.489

A Resseguradora possui contratos de resseguro cujos prêmios são registrados a partir de bases estimadas ou efetivas (ver nota 3.4.b). Os contratos proporcionais são emitidos por estimativas informadas pelas cedentes. Essas estimativas são ajustadas quando do recebimento de contas periódicas preparadas pelas cedentes. Os contratos não proporcionais possuem um prêmio mínimo depósito, o qual pode ser ajustado posteriormente, já os contratos facultativos são registrados com base no valor acordado entre as partes. Para contratos proporcionais, a liquidação pelas cedentes ocorre a partir de prestações de contas, as quais são recebidas a partir de 55 dias, em média, após o encerramento do trimestre. Para contratos não proporcionais e facultativos, o prazo médio de recebimento de cada parcela é de 60 dias a partir da data de emissão. Baseado em estudo próprio, a Administração estima não ser necessária a constituição de provisão para redução dos créditos das operações com resseguros e retrocessões aos valores recuperáveis nas datas-base de 31.12.2018 e 31.12.2017. Os valores recebidos e ainda não baixados estão registrados na rubrica "Depósitos de Terceiros" pelo montante de R\$ 1.029 (R\$ 5.445 em 31.12.2017) conforme Nota 12. Para contratos proporcionais, os valores recebidos registrados nesta rubrica estão deduzidos de comissões e, eventualmente, de sinistros.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	31/12/2018	31/12/2017
Tributos correntes		
Imposto de renda a compensar	1.080	2.635
Contribuição social a compensar	77.330	2.123
Imposto de renda a recuperar - antecipações	15.391	3.866
Contribuição social a recuperar - antecipações	12.473	2.645
PIS a compensar	581	576
COFINS a compensar	3.575	3.542
Outros	3.282	1.543
Circulante	37.321	16.930
Tributos diferidos¹		
Crédito de imposto de renda - Diferenças temporárias	1.392	3.315
Crédito de contribuição social - Diferenças temporárias	836	2.652
Subtotal (antes da compensação)	2.228	5.967
(-) Tributo diferido - Variação cambial	(1.107)	(4.866)
Não Circulante	1.121	1.101
Total	38.442	18.031

¹ Os tributos diferidos são decorrentes de adições e exclusões temporárias, relacionadas a provisões com participações nos lucros e demais provisões que serão liquidadas no exercício seguinte.

9. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	31.12.2018	31.12.2017
Saldo está composto por estimativas de participações no lucro a pagar a funcionários e contas a pagar.		
Participações nos lucros a pagar	3.596	4.452
Contas a pagar	859	10.102
Total	4.455	14.554

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	31.12.2018	31.12.2017
Imposto de renda	1.971	493
Contribuição social	1.222	409
PIS	457	-
COFINS	2.811	-
Outros impostos e contribuições	1.725	-
Circulante	6.636	902

11. OPERAÇÕES COM RESEGUROADORAS

Representam os saldos a pagar resultante das operações de retrocessão cedida a resseguradoras sediadas no exterior. Os contratos cedidos na modalidade proporcional são registrados inicialmente por valores estimados e ajustados posteriormente, baseados nos contratos aceitos.

	31.12.2018	31.12.2017
Resseguros cedidos - Partes relacionadas (Nota 15)	197.000	131.082
Resseguradoras Admitidas	197.000	131.082
Resseguro cedido - Outros resseguradores	78.069	67.531
Resseguradoras Eventuais	71.641	62.517
Resseguradoras Admitidas	6.428	5.014
Total	275.069	198.613

12. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Contempla prêmios de resseguro recebidos, não baixados de Prêmios a Receber em processo de conciliação. O quadro abaixo demonstra as faixas de prazo contado a partir do registro contábil dos valores:

	31.12.2018	31.12.2017
De 1 a 30 dias	325	955
De 31 a 60 dias	-	778
De 61 a 120 dias	-	212
De 121 a 180 dias	-	352
De 181 a		



MUNICH RE DO BRASIL RESSEGUROADORA S.A.

CNPJ nº 01.857.539/0001-24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

através de "cost sharing" conforme acordo firmado entre controlada e controladora. Não há custos desse suporte pendentes de liquidação em 31 de dezembro de 2018 e os custos totais no período estão registrados na demonstração do resultado na conta "Despesas administrativas", no grupo "Serviços de terceiros", e totalizaram R\$ 4.602 (R\$ 3.059 em 2017).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 300.479 e está representado por 286.126.555 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b. Reserva legal:** É constituída ao final do exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, podendo ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital social. A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social. **c. Reservas de expansão:** Nos termos do Estatuto Social, o montante do lucro, após a constituição da Reserva Legal, não destinado à distribuição aos acionistas, será retido na Reserva de Expansão, constituída com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios da Resseguradora, até o limite do capital social.

17. DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

	31.12.2018	31.12.2017
(a) Sinistros ocorridos	31.12.2018	31.12.2017
Indenizações avisadas	(498.133)	(380.610)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	7.794	41.027
Recuperação de indenizações - Salvados	18.821	5.174
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(66.445)	107.726
	(637.963)	(226.683)
(b) Custos de aquisição diferidos		
Comissão sobre prêmio emitido	(9.867)	(3.271)
Variação dos custos de aquisição diferida	(1.508)	(1.154)
	(11.375)	(4.425)
(c) Outras receitas e despesas operacionais		
Outras receitas - Comissão de resseguro	9.323	978
Outras despesas - Participação nos lucros	(19.380)	(10.143)
	(10.057)	(9.165)
(d) Resultado de retrocessão		
Prêmio de retrocessão	(257.884)	(187.871)
Recuperação de indenizações	255.288	130.087
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	(7.794)	(40.927)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	31.557	(19.177)
Provisão de prêmios não ganhos	1.425	16.854
Provisão de excedente técnico	-	(27)
Receitas com participações nos lucros	7.775	12.335
	30.367	(88.726)
(e) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(22.542)	(24.057)
Serviços de terceiros	(9.520)	(7.776)
Localização e funcionamento	(5.371)	(4.873)
Outras despesas administrativas	(1.744)	(908)
	(39.177)	(37.614)
(f) Despesas com tributos		
COFINS	(13.968)	(11.683)
PIS	(2.270)	(1.898)
Impostos sobre remessa ao exterior	(2.158)	(1.036)
Taxa de fiscalização	(1.038)	(964)
Outros	(269)	(260)
	(19.703)	(15.841)
(g) Resultado financeiro	31.12.2018	31.12.2017
Receitas		
Receita com aplicações financeiras	130.012	129.440
Oscilação cambial	45.123	37.671
Outras receitas financeiras	431	1.295
	175.566	168.406
Despesas		
Despesa com aplicações financeiras	(31.228)	(13.406)
Oscilação cambial	(53.469)	(36.175)
Juros retrocessão cedida	(14.845)	(27.493)
Outras despesas financeiras	(345)	(576)
	(99.887)	(77.650)
	75.679	90.756
(h) Ganho ou perda com ativos não correntes		
Resultado na venda de ativo imobilizado	6	14
	6	14

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais e estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações dos resultados, como segue:

	31.12.2018		31.12.2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da provisão do imposto de renda e contribuição social	75.150	75.150	136.228	136.228
Adições:				
Provisões com funcionários	4.517	3.668	758	-
Despesas de oscilação cambial sobre prêmios pendentes¹	12.402	12.402	1.127	1.127
Despesas não dedutíveis	5.631	5.631	420	420
Exclusões:				
Receitas de oscilação cambial sobre prêmios pendentes¹	(22.928)	(22.928)	(3.420)	(3.420)
Reversão das provisões com funcionários	(3.601)	(3.601)	637	637
Outras exclusões	(1.639)	(1.639)	(5)	(5)
Lucro real antes da compensação de prejuízo fiscal e base negativa	69.532	68.683	135.744	134.987
Compensação do prejuízo fiscal - Ano calendário 2013	-	-	(32.910)	-
Compensação da base negativa de CSLL - Ano Calendário 2013	-	-	-	(32.910)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	69.532	68.683	102.834	102.077
Alíquota de 15% de IRPJ mais 10% de adicional	(17.359)	-	(25.685)	-
(-) Deduções PAT	92	-	55	-
IRPJ diferido:				
Receita de oscilação cambial	97	-	-	-
Despesa de oscilação cambial	(2.750)	-	282	227
Outras provisões	777	-	159	126
Baixa prejuízo fiscal	-	-	(8.227)	-
Alíquota de 20% de CSLL (conforme Lei nº 13.169/2015)	-	(13.737)	-	(20.415)
CSLL diferida:				
Receita de oscilação cambial	-	78	-	-
Despesa de oscilação cambial	-	(1.928)	(855)	(684)
Outras provisões	-	343	-	(6.582)
Total do imposto de renda e contribuição social	(19.143)	(15.244)	(34.271)	(27.328)
Alíquota efetiva	25,47%	20,29%	25,16%	20,06%

¹Até 31.12.2018, as variações cambiais da Resseguradora foram tributadas pelo regime de caixa. Conforme IN RFB nº 1.079/2010, para alteração do critério de reconhecimento das oscilações cambiais de caixa para competência, deve-se computar todos os créditos e obrigações das variações monetárias na base do IRPJ e da CSLL, mesmo aquelas ainda não tributadas, até 31 de dezembro do período de encerramento do ano precedente ao da opção.

19. GRUPOS DE RAMOS DE ATUAÇÃO

	Prêmios Ganhos		Sinistralidade		Corretagem	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Patrimonial	137.695	156.741	115%	6%	6%	-
Responsabilidades	20.206	12.201	92%	68%	5%	11%
Automóveis	49.816	9.434	95%	408%	-	35%
Transportes	50.886	40.065	83%	96%	1%	-2%
Riscos financeiros	91.455	57.604	46%	43%	-	-
Pessoas	195.245	136.769	93%	65%	-	-
Rural	18.333	6.698	115%	159%	2%	4%
Marítimos/Cascos	25.128	9.374	83%	49%	2%	-
Aeronáutico	2.894	2.655	142%	92%	24%	-9%
	591.658	431.541	91%	53%	2%	1%

A Resseguradora mantém abordagem conservadora na constituição das provisões técnicas, as quais são revisadas anualmente.

DIRETORIA

RODRIGO BELLOUBE DOS SANTOS
Diretor Presidente

TÂNIA AMARAL HEYDENREICH ALVES
Diretora Administrativo-Financeiro e de Supervisão

CAMILA MENEZES DA SILVA
Contadora - CRC 1SP-293476/O-6

ALEX CAVALHEIRO SOTTERO
Atuário MIBA 2386

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Sr. Diretor Presidente e Srs. Acionistas
O Comitê de Auditoria da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. ("Resseguradora"), instituído nos termos da Resolução nº 321/2015 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pela Administração da Resseguradora. Compete ao Comitê de Auditoria apoiar a Administração da Resseguradora em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Resseguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e compliance. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria

estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Resseguradora. O Comitê atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê manteve, em 2018, reuniões com as áreas atuarial, de contabilidade e controladoria, de controles internos e compliance, de gestão de riscos, de investimentos, com os auditores independentes e com os auditores internos. O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação, tendo avaliado e aprovado o plano anual de trabalho e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração

e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê manteve ainda reuniões com o Diretor Presidente e outros membros da diretoria e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões para o aprimoramento de assuntos no âmbito da sua competência. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Resseguradora ou a fidelidade de suas demonstrações financeiras. Cumpridas as suas atribuições, na forma anteriormente descrita, o Comitê de Auditoria é de opinião de que as demonstrações financeiras da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, devidamente auditadas pelos auditores contábeis independentes, estão em condições de serem aprovadas pelos seus acionistas.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019.
ASSIS APARECIDO DE OLIVEIRA
JOSÉ RUBENS ALONSO
JORGE ANDRADE COSTA

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Diretores da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. São Paulo - SP
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. ("Resseguradora"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Resseguradora e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade

de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Resseguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Resseguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para a elaboração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019.
Joel Garcia - Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. - CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar,
Edifício EZ Towers, Torre A, 04711-904, São Paulo - SP - Brasil

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior

		Anexo I
		Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.
		(Em milhares de Reais)
1. Provisões Técnicas, ativos de retrocessão e créditos com retrocessários		31/12/2018
Total de provisões técnicas auditadas		1.530.951
Total de ativos de retrocessão		705.641
Total de créditos com retrocessários relacionados a sinistros e despesas com sinistros		86.467
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas		31/12/2018
Provisões Técnicas Auditadas (a)		1.530.951
Valores redutores auditados (b)		773.314
Total a ser coberto (a-b)		757.637
3. Demonstrativo do Capital Mínimo		31/12/2018
Capital Base (a)		60.000
Capital de Risco (CR) (b)		105.440
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)		105.440
4. Demonstrativo da Solvência		31/12/2018
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)		505.498
Exigência de Capital (CMR) (b)		105.440
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)		400.058
Ativos Garantidores (d)		822.074
Total a ser Coberto (e)		757.637
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)		64.437
Ativos Líquidos (g)		64.437
Capital de Risco (CR) (h)		105.440
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g/h)		61%

(*) O Índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos de Ramos SUSEP)	31/12/2018
01; 02; 03; 05; 06; 09; 10; 11; 12; 13; 14; 15	10.000
07	15.000

do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019.

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador - CRC 1SP252419/O-0